

MAL-ESTAR
NA INCLUSÃO
COMO (NÃO) SE FAZ

Elzira Yoko Uyeno
Juliana Santana Cavallari
Márcia Aparecida Amador Mascia
(organizadoras)

MAL-ESTAR
NA INCLUSÃO
COMO (NÃO) SE FAZ

MERCADO[®]
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mal-estar na inclusão : como (não) se faz / Elzira Yoko Uyeno, Juliana Santana Cavallari, Márcia Aparecida Amador Mascia (organizadores). – 1. ed. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2014.

Vários autores.

ISBN 978-85-7591-323-9

1. Freud, Sigmund, 1856-1936 2. Lacan, Jacques, 1901-1981 3. Linguagem – Ensaios 4. Psicanálise 5. Psicanálise – Ensaios I. Uyeno, Elzira Yoko. II. Cavallari, Juliana Santana. III. Mascia, Márcia Aparecida Amador.

14-05470

CDD-150.195

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensaios psicanalíticos 150.195
2. Psicanálise : Ensaios 150.195

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

V.R. GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

JULHO/2014

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

*Dedicamos esta obra à memória de Elzira Yoko Uyeno,
uma das organizadoras que nos faltou antes da publicação,
deixando muitas saudades e uma grande lacuna acadêmica em
pesquisas em Linguística Aplicada no Brasil.*

AGRADECIMENTOS

Nossos sinceros agradecimentos a todos os colegas pesquisadores que nos enviaram seus estudos e que colaboraram para assegurar a qualidade acadêmica desta obra e de sua proposta investigativa.

Agradecemos aos sujeitos de pesquisa que nos permitiram, por meio de suas formulações e produções, trazer à tona e investigar situações que tendem a ser silenciadas, esquecidas, ignoradas e até mesmo naturalizadas e normalizadas, sobretudo no contexto educacional.

Agradecimentos especiais à Editora Mercado de Letras que possibilitou a publicação desta obra.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
<i>Leny Magalhães Mrech</i>	
APRESENTAÇÃO	15
Parte I	
INCLUSÃO, RESPONSABILIZAÇÃO, SUBJETIVIDADE	
Capítulo I	
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE	
DO SUJEITO SURDO NAS ENTRE-LÍNGUAS:	
ORAIS E ESPAÇOVISUAIS	25
<i>Márcia Aparecida Amador Mascia e</i>	
<i>Alcebíades Nascimento Silva Júnior</i>	
Capítulo II	
A LÍNGUA ESTRANGEIRA COMO POSSIBILIDADE	
DE (RE)VESTIR O DESEJO NA TERCEIRA IDADE	45
<i>Carla Nunes Tavares</i>	
Capítulo III	
VISTAR OU SER VISTO?	73
<i>Virgínia Neves Salles</i>	

Capítulo IV
O ENSINO DO SURDO NA ESCOLA REGULAR
SEM TORNÁ-LO UM IMITADOR: DISCUSSÕES DE
CURRÍCULO, IN(EX)CLUSÃO E IDENTIDADE. 97
Ruth Maria Rodrigues Garé

Capítulo V
EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS:
UMA PROPOSTA DE TECNOLOGIA DE ESCRITA
VISANDO O LETRAMENTO EM LIBRAS 127
Maria Salomé Soares Dallan

Capítulo VI
REFLEXÃO, EDUCAÇÃO E MUDANÇA
DA SOCIEDADE ATRAVÉS DE NARRATIVAS DE
ALUNAS JOVENS DE GRUPOS MINORITÁRIOS:
UM DIÁLOGO ENTRE VIGOTSKI E FOUCAULT 153
Michalis Kontopodis

Capítulo VII
A AVALIAÇÃO DE PROFESSORES E COMO SE
IN(EX)CLUI O “PROFESSOR NOTA ZERO”:
ENTRE A CULPA E A RESPONSABILIZAÇÃO. 193
Elzira Yoko Uyeno

Parte II
INCLUSÃO E GOVERNABILIDADE DOS CORPOS

Capítulo VIII
SUJEITOS INCLUSOS, SUJEITOS GOVERNÁVEIS:
DISCURSIVIDADES SOBRE A INCLUSÃO
NO CURRÍCULO ESCOLAR. 223
*Birgit Yara Frey Riffel e
Jackeline Mendes Rodrigues*

Capítulo IX
EFEITOS DE VERDADE QUE EMANAM DO DISCURSO
DA INCLUSÃO E SUAS IMPLICAÇÕES SUBJETIVAS 241
Juliana Santana Cavallari

Capítulo X	
ENTRE O QUERER E O DESEJAR	
A LÍNGUA DO OUTRO.	267
<i>Luciene Pires Neves</i>	
Capítulo XI	
DOS DIAGNÓSTICOS NO COTIDIANO ESCOLAR:	
A CRIANÇA COMO OBJETO DE GOZO NA	
CONTEMPORANEIDADE	289
<i>Patrícia Nogueira da Silva</i>	
Capítulo XII	
DO CORPOLINGUAGEM AO CORPO-ESCRITA:	
MAL-ESTAR-ENTRE-LÍNGUAS E MODOS DE	
IDENTIFICAÇÃO DE UM SURDO	299
<i>Márcia Aparecida Amador Mascia</i>	
Capítulo XIII	
A INCLUSÃO-EXCLUSÃO DE SURDOS NA	
ESCOLA REGULAR: UM ESTUDO DISCURSIVO.	317
<i>Onilda Aparecida Gondim</i>	
Capítulo XIV	
O DISCURSO DA INCLUSÃO:	
O DIREITO À DIFERENÇA	341
<i>Carla Maria dos Santos Ferraz Orrú</i>	
SOBRE AS ORGANIZADORAS E OS AUTORES.	357

PREFÁCIO

A palavra *inclusão* origina-se do verbo incluir, relativo ao termo latino *includere*, que costuma apresentar os seguintes significados: pôr ou estar dentro, inserir ou fazer parte de um grupo, abranger, compreender, conter, envolver, implicar. Muitos desses sentidos nos remetem à noção de pertencimento em que cada pessoa possa encontrar um lugar “para chamar de seu”.

Contudo, de longa data, a Psicanálise vem discutindo a singularidade dos sujeitos, revelando que eles não ficam bem em sociedade. Há algo que faz com que eles não se integrem ou se incluam totalmente.

A questão fatídica para a espécie humana parece-me ser saber se, e até que ponto, seu desenvolvimento cultural conseguirá dominar a perturbação de sua vida comunal causada pelo instinto humano de agressão e autodestruição. Talvez, precisamente com relação a isso, a época atual mereça um interesse especial. Os homens adquiriram sobre as forças da natureza um tal controle, que, com sua ajuda, não teriam dificuldades em se exterminarem uns aos outros, até o último homem. Sabem disso, e é daí que provém grande parte de sua atual inquietação, de sua infelicidade e de sua ansiedade. Agora só nos resta esperar que o outro dos

dois “Poderes Celestes”, o eterno Eros, desdobre suas forças para se afirmar na luta com seu não menos imortal adversário. Mas quem pode prever com que sucesso e com que resultado? (Freud 1997, p. 111)¹

Foi apresentado um momento perigoso por Freud: aquele em que os sujeitos podem se fazer mal ou agredirem. É interessante destacar que isso foi vislumbrado pelo autor ainda durante a segunda guerra. Ele não vivenciou as situações do pós-guerra e da guerra fria em que esses processos se agravaram.

Lacan, por sua vez, em vários momentos da sua obra, nos alertou para os processos de segregação social, que só aumentaram nas últimas décadas.

A Educação Inclusiva surgiu como uma tentativa de incluir aqueles que se encontravam excluídos da sociedade: os que apresentavam deficiências, problemas emocionais mais graves, distúrbios de aprendizagem etc. Uma tentativa que tem apresentado múltiplas facetas, como um cristal, estudadas pelos pesquisadores.

Este livro apresenta uma leitura em que se entrelaçam as vertentes da Psicanálise e Educação Inclusiva a partir de um lugar vazio, para que se “possam perceber os impasses e vislumbrar formas da ordem da singularidade que permitam perceber a inclusão na substância e não apenas na forma”.

Seus autores se apoiam a respeito das discussões recentes em Freud e Lacan, mas também incorporam as concepções de Vigotski e Foucault. Um outro autor que ocupa lugar de destaque é Forbes discutindo a questão da responsabilidade.

Trata-se de um livro que se propõe a ir além das concepções dogmáticas de Educação Inclusiva, repensando-as

1. Freud, Sigmund (1997). *O Mal-Estar na Civilização*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

a partir de perspectivas críticas que apontam suas dificuldades na prática.

É importante assinalar que esse livro foge do modelo tradicional de propostas para a Educação Inclusiva que são sempre normativas. O seu título *Mal-estar na inclusão: como (não) se faz* revela um plano de investigação maior. Um cuidado em não cair em propostas meramente assertivas a respeito da Educação Inclusiva. A prática é repensada com um cuidado especial em suas múltiplas dimensionalidades.

O leitor terá, portanto, um material denso, sério e atualizado, direcionando-se para os próprios participantes dos processos de inclusão.

Com isso, podemos perceber que o sujeito da inclusão é abordado em sua especificidade, mas também abordando os aspectos do corpo e as ideologias que o abordam. Um convite a ir além dos estereótipos na busca de um sujeito vivo implicado nos processos de inclusão.

O “como (não) se faz a inclusão” possibilita o estabelecimento de um olhar atento. O “não” surgindo como o lugar do furo. O lugar de onde emerge o real. O lugar do vazio de que falavam as autoras.

A Psicanálise nos deixa entrever como os processos inconscientes atuam. Como não se trata de operar apenas a partir do saber (dos conceitos, dos modelos, dos guias de ação), mas do não-saber que questiona o sujeito. Que o interroga, levando-o a repensar a sua prática e as suas formas tradicionais de saber.

Um livro que se volta na direção do real. Uma proposta nova que revela: na direção do real, mas com responsabilidade.

Leny Magalhães Mrech

APRESENTAÇÃO

Os artigos compilados nesta obra se destinam a professores, educadores, educandos e agentes educacionais (psicólogos, pedagogos, diretores, coordenadores, pais de alunos etc.) que são tomados, quase que diariamente, pela seguinte indagação: como (não) se faz a inclusão?

Partindo dessa indagação e de seus desdobramentos, os estudos que compõem este livro temático e que foram desenvolvidos à luz da perspectiva discursivo-desconstrutivista, numa possível interface com a psicanálise lacaniana, propõem-se a desvelar as diversas facetas e traduções que o discurso politicamente correto e já naturalizado da inclusão mobiliza. Para que esse discurso seja capaz de produzir deslocamentos, faz-se necessário tirá-lo do lugar de verdade a ser seguida, para (re)pensá-lo a partir de um lugar vazio do qual um saber mais significativo sobre práticas inclusivas, que se mostram necessárias no contexto escolar atual, possam ser construídas.

Em larga medida, os estudos que compõem esta obra compartilham do mesmo referencial teórico e são permeados pelo princípio de responsabilidade, postulado por Forbes, a partir da articulação entre a proposta do filósofo Hans Jonas e da ética de Lacan. Em outras palavras, somente um posicionamento responsável, segundo o qual, diante de uma situação inesperada

para a qual não se tem uma resposta pronta, inventa-se uma saída singular, por parte do sujeito enunciador, é que se mostra capaz de produzir os deslocamentos e mudanças esperados por programas de relevância social.

Trazendo as noções anteriores para a problemática levantada neste livro, pudemos observar que alguns estudos retratam um posicionamento mais ou menos responsável do sujeito enunciador diante da inclusão. Daí partiu a divisão e agrupamento dos capítulos que se seguem. Na primeira parte da obra, encontram-se as pesquisas nas quais o princípio responsabilidade se mostrou mais produtivo. A segunda parte da obra é composta por capítulos nos quais o sujeito pesquisado assume um posicionamento que não se pauta pelo princípio responsabilidade, segundo a psicanálise, propiciando a governabilidade dos corpos.

No primeiro capítulo, intitulado “A construção da Identidade do sujeito surdo nas entre-línguas: orais e espaçovisuais”, Márcia Aparecida Amador Mascia e Alcebíades Nascimento Silva Júnior, partindo da historicização da educação de surdos, problematizam definições de linguagem; língua; Língua Materna; Segunda Língua e Língua Estrangeira; línguas orais e línguas espaçovisuais, à luz de conceitos da psicanálise. O objetivo deste estudo consiste em evidenciar as emergências da constituição identitária de sujeitos surdos materializadas em suas produções escritas.

O segundo capítulo “A língua estrangeira como possibilidade de (re)vestir o desejo na terceira idade”, de autoria de Carla Nunes Tavares, problematiza os efeitos na constituição subjetiva de alunos da terceira idade de um processo de ensino-aprendizagem de inglês pautado em uma perspectiva discursiva. A discussão ampara-se nos pressupostos de que o encontro-confronto com outra língua afeta a relação com a língua materna e descortina outro recorte do universo simbólico que media a relação do sujeito com o real; que a leitura é um processo discursivo

que encontra na construção de sentidos seu objetivo maior; que o sujeito é constituído pela e na linguagem, esta sempre incapaz de representar plenamente o mundo. A autora objetiva discutir os resultados de um projeto que indicia que novos gestos de leitura de si e do mundo, propiciados pela relação com a discursividade em outra língua, ensejem ao idoso a invenção de outras formas de atualizar seu passado, enlaçando seu futuro.

No terceiro capítulo intitulado “Vistar ou ser visto?”, Virgínia Neves Salles se propõe a analisar as representações do sujeito-aluno da Educação de Jovens e Adultos (EJA) acerca do(s) sentido(s) que emergem do “visto”, a fim de contrapor as representações que emergem nos depoimentos do sujeito-professor da EJA, com base nos pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa (ADF), na interface com a psicanálise. Em suma, o estudo empreendido nos permite compreender alguns conflitos e contradições entre o fazer-dizer de professores e as representações e formulações postas pelos alunos desta modalidade de curso.

O quarto capítulo “O ensino do surdo na escola regular sem torná-lo um imitador: discussões de currículo, in(ex)clusão e identidade”, de autoria de Ruth Maria Rodrigues Garé, tem como objetivo refletir sobre o ensino-aprendizagem de alunos surdos e deficientes auditivos nas escolas públicas, em especial no que tange ao ensino do Português como língua de acesso aos demais conteúdos e à interação em sala de aula. Sendo a escola um dos lugares que contribuem para a formação de identidades, buscou-se, através da descrição de algumas práticas adotadas, em um contexto formal e real, problematizar a formação de identidades dentro do terreno pedagógico. Seu estudo salienta a importância de pensarmos na formação do surdo ou deficiente auditivo através de uma reflexão sobre o currículo enquanto lugar onde se conforma a formação desse sujeito, de modo a levantar discussões e problematizações, a partir desta perspectiva, quando se fala em inclusão.

Maria Salomé Soares Dallan, no capítulo “Educação bilíngue para surdos: uma proposta de tecnologia de escrita visando o letramento em libras”, apresenta uma proposta de reflexão sobre a proficiência insuficiente na Língua Portuguesa escrita para surdos – quando comparado ao ouvinte/falante – tornando este sujeito dependente do tradutor na mediação da comunicação escrita. O artigo objetiva pensar propostas de ensino compatíveis com a educação bilíngue, utilizando a tecnologia da escrita para aquisição do conhecimento, através de um *letramento natural*, a escrita em *signwriting*. Propõe, em última instância, repensar a educação desse aluno, visando que a Libras não se transforme apenas em ferramenta para aquisição da língua oral.

No capítulo “Reflexão, educação e mudança da sociedade através de narrativas de alunas jovens de grupos minoritários: um diálogo entre Vigotski e Foucault”, Michalis Kontopodis explora dois diferentes modos de refletir em contextos de escolas nos quais os/as alunos/as compartilham experiências de exclusão social, de baixo desempenho em atividades educacionais convencionais, de desafios econômicos e de problemas familiares. O *corpus* é oriundo de sua pesquisa etnográfica que foi realizada em uma escola vocacional experimental na Alemanha em 2004 e 2005, e de uma análise posterior de um projeto escolar que ocorreu na Escola de 2º grau “Woodrow Wilson” em Long Beach, Califórnia de 1994 a 1998. Na interlocução entre Foucault e Vigotski, o artigo busca demonstrar como os diários e as narrativas de jovens alunas escritos em diferentes contextos educacionais promoveram formas diferentes de comunicação entre professores/as e alunos/as e, também, modos qualitativamente distintos de reflexão. A análise explora o significado dessas diferenças para a educação e para a prática psicológica educacional. O artigo “brinca” com a sua própria escrita desdobrando-se como uma peça de teatro, apresentada

em oito atos e dois interlúdios. A peça não é, porém, escrita até ao fim e os próximos atos e fechamento ficam em aberto.

No sétimo e último capítulo desta primeira parte, “A avaliação de professores e como se (ex)inclui o ‘professor nota zero’: entre a culpa e a responsabilização”, Elzira Yoko Uyeno analisou as ressonâncias da avaliação de professores que se configurou como dispositivo de controle biopolítico que produziu um excluído: o “professor nota zero” (aquele que não fez a pontuação e ficou impedido de exercer a função docente). A despeito do generalizado discurso queixoso acerca do universo escolar que se estendeu a essa avaliação docente, a percepção de professores que desse discurso se deslocavam constituiu o problema da pesquisa. Resultados da pesquisa demonstraram que esses professores são movidos por uma responsabilização não apenas pelos discursos desabonadores como a prova de avaliação docente. O efeito de sentido da responsabilização não foi o de assumirem a culpa pelos fracassos e nem pelos discursos desabonadores sobre si, mas no sentido em que Lacan apostava de que havia um organizador de cada pessoa a que chamou de “ponto de vergonha” sem a qual a vida não valia a pena.

Abrindo a segunda parte do livro, o artigo “Sujeitos inclusos, sujeitos governáveis: discursividades sobre a inclusão no currículo escolar”, de coautoria de Birgit Yara Frey Riffel e Jackeline Mendes Rodrigues, tematiza o modo como os discursos de inclusão atravessam o currículo e suas teorias nos sistemas educacionais dentro de uma perspectiva pós-crítica. Procura-se compreender as relações históricas, culturais e sociais entre educação, poder e regulação buscando desvelar discursividades e metanarrativas aos discursos associadas. A análise levou à compreensão de que os currículos ainda mantêm um posicionamento baseado nos ideais modernos, reforçando a escola enquanto entidade à serviço do governo dos corpos e mentes dos sujeitos inclusos, valendo-se para isso de processos de normalização, classificação e de jogos de linguagem.

O nono capítulo “Efeitos de verdade que emanam do discurso da inclusão e suas implicações subjetivas”, de autoria de Juliana Santana Cavallari, abordou os efeitos de verdade que emanam do discurso da inclusão e o modo como incidem nas relações intersubjetivas estabelecidas por educadores e educandos, no contexto escolar, a fim de possibilitar uma compreensão sobre como as práticas discursivo-inclusivas são constituídas e investidas de significância. Partindo do pressuposto de que a inserção de alunos especiais em turmas de escolas regulares angustia e até mesmo inibe a atuação daqueles que deveriam possibilitar a aprendizagem de ‘todos’ os alunos, já que são investidos de um suposto saber sobre o outro (aluno), levantou-se a hipótese de que a inclusão, como vem sendo praticada, é engendrada por gestos de exclusão e pelo apagamento da alteridade e da diferença constitutivas do sujeito e da linguagem. A análise empreendida contribuiu para o entendimento dos diferentes modos de subjetivação e dos impasses subjetivos que a prática inclusiva mobiliza.

No capítulo intitulado “Entre querer e desejar a língua do outro”, Luciene Pires Neves, ancorada na perspectiva discursiva e de alguns conceitos psicanalíticos lacanianos, buscou compreender o conflito vivido pelo sujeito-aluno da rede pública de ensino que parece transitar entre o querer e o desejar uma língua estrangeira que poderia, de fato, afetar sua posição subjetiva como aprendiz. Mais especificamente, o presente estudo problematiza a autoexclusão e/ou inibição vivenciada pelo sujeito-aluno diante da língua do outro, no caso: a língua inglesa.

No capítulo onze, intitulado “Dos diagnósticos no cotidiano escolar: a criança como objeto de gozo na contemporaneidade”, a autora Patrícia Nogueira da Silva problematizou a maior incidência dos diagnósticos psicológicos no cotidiano das relações escolares, a partir da demanda dos próprios pais pelo atendimento aos supostos problemas de aprendizagem de seus filhos, em especial na fase de alfabetização.

O estudo salienta que o campo pedagógico, atravessado por discursos outros, vem deixando de ter um caráter educacional, da ordem da transmissão, para apropriar-se de tecnologias importadas de outras áreas, as quais visam homogeneizar e silenciar as singularidades.

O capítulo intitulado “Do corporinguagem ao corpo-escrita: mal-estar-entre-línguas e modos de identificação de um surdo”, de Márcia Aparecida Amador Mascia, buscou, a partir de uma entrevista escrita em Língua Portuguesa por um sujeito surdo, oralizado e falante de LIBRAS, postular o “real da língua” para este sujeito, enquanto algo que escapa e, por isso, constitutivo de sua identidade. Para tanto, faz uma revisitação da noção de identificação, pelos estudos culturais e pela psicanálise. A análise levanta um jogo de identidades que aponta para o imbricamento de dois reais - da língua e da história, podendo a escrita ser tomada como borda do corpo, como limite entre uma interioridade exterior ou uma exterioridade interior.

No capítulo “A inclusão-exclusão de surdos na escola regular: um estudo discursivo”, Onilda Aparecida Gondim, objetivou problematizar, em termos discursivos, o processo de inclusão de alunos surdos em uma escola regular, analisando os possíveis efeitos que se constituíram para as instâncias intérprete e surdo. Partiu-se do pressuposto de que o aluno surdo, preocupado pela escola regular pesquisada, parecia sofrer efeitos discursivos de rarefação subjetiva, de modo a não promover uma relação entre ele e o conhecimento em Língua Portuguesa. Filiando-se teoricamente ao arcabouço teórico da Análise de Discurso de orientação pecheutiana em sua terceira época (1983), procedeu-se à análise do corpus constituído de seqüências discursivas recortadas das transcrições das aulas observadas e gravadas em vídeo. A análise indicou que o jogo de endereçamento não se sustenta suficientemente para que o aluno surdo assumira a posição discursiva de aluno, no sentido de produzir conhecimento em Língua Portuguesa.

No artigo que encerra este volume, “O discurso da inclusão: o direito à diferença”, Carla Maria dos Santos Ferraz Orrú analisa o depoimento de professores de escolas públicas que acataram a proposta de educação inclusiva, mais especificamente, a inclusão de alunos deficientes em classes do ensino regular. Paralelamente, analisa alguns trechos dos textos legais que embasam a proposta da inclusão. Conclui que tanto a análise dos depoimentos como as dos textos legais apontam para um ideal de igualdade que dificilmente será alcançado, dada a heterogeneidade constitutiva dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Propõe que havemos que aprender com as diferenças, reforçar a singularidade, trocar saberes, aprender com o outro, vivenciar o outro e não reduzir o outro ao mesmo. Afirmando que a dicotomia deficiente/normal (ideologicamente marcada) não é neutra, mas também não é produtiva e que, ao promover a igualdade, estamos promovendo a exclusão do outro, sugere que promover a diferença, a singularidade de cada sujeito provoca deslocamentos, ou seja, produz.

Tendo concluído as sinopses de diferentes abordagens do discurso que se quer homogêneo, monolítico, controlado da inclusão e pretende se configurar como dispositivo biopolítico da governamentalidade em nome de uma causa democrática da atribuição da dimensão jurídico-política aos diferentes no espaço escolar, ratificamos os propósitos que nos mobilizaram a convidar colegas que conosco compartilham desse tema que nos é tão caro: a necessidade de (re)pensá-lo a partir de um lugar vazio, a partir do qual se possam perceber impasses e vislumbrar formas da ordem da singularidade que permitam perceber a inclusão na substância e não apenas na forma.

Elzira Yoko Uyeno (in memoriam)
Juliana Santana Cavallari
Márcia Aparecida Amador Mascia